



Ata n.º 1/2025

Reunião Ordinária da Assembleia da União das Freguesias de Malagueira e Horta das Figueiras

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano civil de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas, no Edifício da Malagueira da União de Freguesias da Malagueira e Horta das Figueiras sito em Praça Zeca Afonso, n.º 15, 7000-706 Évora reuniu em sessão ordinária a Assembleia da União de Freguesias da Malagueira e Horta das Figueiras, com a presença dos eleitos:

Do Partido Socialista: -----

- ✓ Baltazar João Avó Damas, Jorge Filipe Tragedo Parreirinha e Carla Manuela Anastácio Carmona; -----

Da CDU – Coligação Democrática Unitária, PCP-PEV: -----

- ✓ José da Silva Costa Russo, José Ferreira Coimbra da Silva e Margarida Avó Baião Ferreira de Almeida; -----

Da Coligação Mudar com Confiança – PPD/PSD, CDS-PP, MPT, PPM: -----

- ✓ Paulo Alexandre Duarte Correia, João David Carvalhinho Fernandes e Alexandre Mourato Lopes em substituição de Rita Batista Santana. -----

Do Movimento Cuidar de Évora, NC/RIR: -----

- ✓ Maria Ana Coré Vinagre em substituição de Maria de Fátima Batista Cabecinha Gomes. -----

Independente: -----

- ✓ Edalberto Tomás Macau Fitas Figueiredo. -----

Do executivo da junta marcaram presença: -----

- ✓ Presidente: Ananias Delfim Courelas Quintano e os Vogais: Mário Augusto Bragado Monginho, Maria Fernanda Maurício Mendes, Daniel Alexandre Galiano Galvoeira e Maria Helena Calhau Perdigão Bruno. -----

A sessão ordinária teve a seguinte ordem dos trabalhos: -----

Ponto 1 - Período antes da ordem do dia. -----

Ponto 2 - Leitura e votação das atas das: -----

- Reunião ordinária de 24 de setembro de 2024. -----
- Reunião ordinária de 17 de dezembro de 2024. -----

Ponto 3 - Apreciação e votação do Mapa de Pessoal da UF da Malagueira e Horta das Figueiras para o ano civil de 2025; --



- Ponto 4** - Autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais. -----
- Ponto 5** - Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2024. -----
- Ponto 6** - Apreciação e votação da primeira revisão aos Documentos Previsionais de 2025. -----
- Ponto 7** - Informações e apresentação do relatório da atividade do executivo da UF da Malagueira e Horta das Figueiras no 1.º trimestre de 2025. -----

Dada a ausência da Primeira Secretária, Rita Batista Santana e do Segundo Secretário, José Carlos Faria Calado estes foram substituídos na mesa, respetivamente pelo Alexandre Mourato Lopes da Coligação Mudar com Confiança (PSD/CDS) e pelo eleito Jorge Filipe Traguedo Parreirinha do Partido Socialista (PS). -----

Antes do início dos trabalhos o Presidente da Assembleia de Freguesia solicitou autorização para retirar do Ponto 2 da ordem dos trabalhos a leitura e aprovação da Acta da Reunião Ordinária da Assembleia da União de Freguesia da Malagueira e Horta das Figueiras de 17 de dezembro de 2024 por não ter sido concluída em tempo oportuno, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

E nos termos do n.º 3 do artigo 24.º e do n.º 6 do artigo 50.º do Regimento da Assembleia de Freguesia perguntou aos fregueses presentes se pretendiam usar da palavra, tendo o cidadão António Mourato solicitado a palavra para questionar a mesa e a Assembleia de Freguesia no âmbito da promoção e na salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações que é uma atribuição da Junta de Freguesia prevista no artigo 7.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, se tinham os membros da Assembleia de Freguesia a coragem de assumir uma intervenção junto do Presidente da Câmara Municipal para lhe pedir para cumprir e fazer cumprir a legislação e a regulamentação em vigor, coisa que a seu ver continua a não se verificar. Mais solicitou aos membros da Assembleia de Freguesia para enfrentarem o Presidente da Câmara para de uma vez por todas o obrigar a resolver os problemas que existem na freguesia e que estão registadas nas Actas dos respetivos órgãos da freguesia. -----

No uso da palavra, o eleito José Russo, da CDU, referiu que os munícipes devem merecer de todos nós o maior respeito. Nós, enquanto eleitos, devemos, dentro das nossas competências e capacidades, procurar resolver ou contribuir para a resolução das situações que nos são apresentadas pelos cidadãos. -----

É evidente que não se podem atribuir, individualmente, a cada um de nós, as mesmas responsabilidades que cabem a um órgão colegial como a Assembleia de Freguesia. Eu, pessoalmente, não posso falar em nome da



Assembleia. Os órgãos eleitos têm formas próprias de representação institucional. -----

Quando os munícipes colocam questões, estas devem ser dirigidas a quem tem efetivas responsabilidades, no sentido de contribuirmos para a sua resolução. Sabemos que as competências legais da Assembleia de Freguesia e da Junta são limitadas em determinadas matérias. Ainda assim, há sempre margem para que a Assembleia possa contribuir, dentro das suas atribuições, para a resolução de problemas. -----

Relativamente ao senhor António, que tem, ao longo do tempo, trazido a esta Assembleia várias questões — por vezes relacionadas com competências da Junta, outras com taxas municipais, e mais recentemente com a presença de acampamentos de pessoas de etnia cigana na freguesia —, quero referir que essas preocupações foram devidamente tidas em conta. A Junta e a Assembleia terão encaminhado essas matérias para as entidades competentes. -----

Contudo, quanto à possibilidade desta Assembleia deliberar sobre questões que têm sido apresentadas de forma genérica ou abstrata, sugiro ao munícipe que, no futuro, traga à discussão temas mais concretos e objetivados, permitindo assim que a Assembleia possa tomar decisões fundamentadas. -----

O Presidente da Junta interveio de seguida, reafirmando que todas as questões apresentadas pelo senhor António Mourato e por outros fregueses, tanto nas reuniões da Junta como nas sessões da Assembleia de Freguesia, têm sido encaminhadas às entidades competentes. Entre essas questões, destacou os temas da segurança, dos acampamentos e das condutas da Malagueira. Informou que todas estas matérias são do conhecimento da Câmara Municipal, nomeadamente através do Gabinete de Apoio às Freguesias. -----

Sublinhou ainda que tais preocupações foram levadas à Assembleia Municipal, na tentativa de encontrar soluções para os problemas identificados, uma vez que a Junta de Freguesia não dispõe de competências nem de meios para intervir diretamente nesses domínios. ----

O Presidente da Assembleia de Freguesia, Paulo Correia, na qualidade de eleito pelo PSD, reiterou que todas as deliberações aprovadas neste órgão sobre matérias como segurança, limpeza urbana e acampamentos nómadas têm sido reencaminhadas para o Executivo Municipal e para os vereadores das diferentes forças políticas ali representadas. Garantiu que esse trabalho continuará a ser realizado com o mesmo empenho até ao final do mandato.

Recordou também que o Presidente da Junta já havia afirmado anteriormente que faz chegar ao Presidente da Câmara Municipal todas as denúncias e preocupações que os fregueses apresentam, tanto na Junta como neste órgão deliberativo. -----



Por fim, Paulo Correia manifestou a sua total disponibilidade para, uma vez mais, acompanhar o senhor António Mourato num percurso pelo bairro da Malagueira, com o objetivo de verificar e identificar locais problemáticos, nomeadamente lojas indevidamente ocupadas como habitação, entre outras situações. Recordou que já realizou esse percurso anteriormente com o senhor António Mourato em conjunto com o Vereador Sim-Sim, bem como com o Presidente Ananias Quintano, mantendo-se disponível para repetir a iniciativa. Reafirmou ainda o compromisso de que todas as deliberações tomadas nesta Assembleia serão encaminhadas ao Município e aos respetivos vereadores, e a outras entidades. -----

O senhor António Mourato pediu a palavra para esclarecer que as questões que tem vindo a colocar nesta Assembleia não dizem respeito a interesses pessoais, mas sim a preocupações de interesse geral, que afetam o conjunto dos fregueses. -----

Questionou se alguém já interpelou o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o incumprimento de determinadas obrigações. A título de exemplo, referiu que, ainda nesse mesmo dia, havia recebido um aviso da Câmara Municipal a ameaçar com o corte do fornecimento de água, apesar de, segundo afirmou, ter passado um ano sem que fosse feita qualquer leitura do contador por parte dos serviços camarários. -----

Neste sentido, perguntou se alguém já questionou o senhor Presidente da Câmara sobre o motivo pelo qual a leitura dos contadores de água só é realizada anualmente, considerando tal prática inadequada e lesiva para os munícipes. -----

Em resposta à intervenção do munícipe António Mourato, o Presidente da Assembleia de Freguesia, Paulo Correia, referiu que a questão da não realização regular das leituras dos contadores de água é uma situação que afeta transversalmente todos os munícipes, não se tratando, portanto, de um caso isolado. -----

Contudo, esclareceu que a Câmara Municipal disponibiliza aos munícipes a possibilidade de realizarem mensalmente a leitura do contador e comunicarem esse valor aos serviços camarários, através do contacto telefónico indicado na fatura da água. -----

Alertou ainda que, tendo em conta que as leituras presenciais estão a ser efetuadas com periodicidade anual, pode ocorrer, no mês subsequente à leitura, um acerto acumulado na fatura, resultando em valores elevados e inesperados para pagamento. -----

Acrescentou que, em tais casos, a Câmara Municipal aceita a possibilidade de o munícipe proceder ao pagamento do montante em prestações, facilitando assim a regularização do valor em dívida. -----



Por fim, referiu que, quanto à responsabilidade de cada munícipe em proceder ou não à leitura regular do contador, tal decisão cabe a cada um, em consciência, de acordo com o que entender mais adequado. -----

O eleito José Coimbra acrescentou que a Câmara Municipal disponibiliza diversos meios para que os munícipes possam comunicar a leitura dos contadores de água. Além do contacto telefónico indicado nas faturas, existe também uma funcionalidade específica no *site* oficial da autarquia, bem como uma aplicação (APP) que permite aos utilizadores efetuar o registo da leitura de forma autónoma e digital. -----

Sublinhou ainda que, tendo em conta a realidade de muitas habitações em Évora, onde os contadores de água continuam instalados no interior das residências, torna-se difícil aos funcionários municipais acederem aos mesmos para realizar a leitura presencial. Assim, frisou que existe um conjunto de variáveis que devem ser consideradas e que não podem ser utilizadas como argumento para responsabilizar ou condenar diretamente a Câmara Municipal por essa limitação operacional. -----

O senhor António Mourato voltou a intervir, referindo-se ao conteúdo do artigo 67.º, que, segundo afirmou, foi citado numa comunicação enviada pela Câmara Municipal ameaçando com o corte do fornecimento de água. Solicitou que esse artigo fosse lido e analisado, alegando que o próprio Presidente da Câmara não cumpre os deveres neles estipulados. -----

A eleita Maria Ana Lúcio alertou para o facto de muitos munícipes, nomeadamente os mais idosos, não possuírem competências digitais que lhes permitam utilizar as novas tecnologias disponíveis para o registo da leitura dos contadores de água. Sublinhou que essa limitação constitui um obstáculo real à utilização de meios como o *site* da Câmara Municipal ou a aplicação móvel (APP), apesar da sua utilidade reconhecida para uma parte da população. -----

Acrescentou ainda que existem relatos de fregueses a referirem que a linha telefónica disponibilizada pela Câmara para comunicação das leituras frequentemente não funciona. Segundo foi reportado, as pessoas tentam ligar, mas não são atendidas, ficando assim impedidas de comunicar atempadamente a contagem do consumo, o que pode levar a situações injustas nos acertos de faturação. -----

O vogal do executivo, Daniel Galvøeira, referiu que já existem tecnologias disponíveis que permitem a contagem automática do consumo de água, à semelhança do que já acontece com os contadores da EDP. Informou que este tipo de sistema está, por exemplo, implementado na cidade de Coimbra, onde tem demonstrado um funcionamento eficaz. -----

Explicou que estes sistemas possibilitam a leitura em tempo real dos volumes de água que entram e saem dos reservatórios, permitindo um controlo mais eficiente e rigoroso da rede de abastecimento. -----



Acrescentou que, no início do atual mandato, e também em virtude das suas funções na AMINATA, abordou esta temática com o vereador Varela, tendo sido informado de que existia intenção da Câmara Municipal de investir na implementação de sistemas de contagem e monitorização da rede, com o objetivo de controlar as perdas e melhorar a eficiência da gestão hídrica. Sublinhou que tal investimento permitiria uma poupança significativa de recursos ao município. -----

A eleita Margarida Almeida (CDU) referiu que a está prevista uma iniciativa de carácter intermunicipal de intervenção específica na rede de abastecimento de água em baixa, com vista à melhoria das condições de fornecimento às populações e, eventualmente, à instalação de contadores inteligentes para medição dos consumos. -----

O Presidente da Assembleia, Paulo Correia, eleito pelo PSD, comprometeu-se a transmitir a questão colocada pelo freguês António Mourato junto dos vereadores da sua força política, salientando que, naturalmente, as restantes forças políticas representadas na Assembleia de Freguesia também fariam o mesmo. -----

O Presidente da Junta, Ananias Quintano, assumiu o compromisso de levar a mesma questão à próxima reunião com o Sr. Presidente da Câmara Municipal. -----

O eleito José Russo da CDU manifestou a sua discordância relativamente à intervenção do Presidente da Mesa da Assembleia, sublinhando que a Assembleia de Freguesia é um órgão institucional, à semelhança da Junta de Freguesia, não competindo ao Presidente da Assembleia encaminhar assuntos tratados neste órgão para os vereadores do seu partido, mas sim recorrer aos canais institucionais próprios para fazer chegar as questões às entidades competentes. -----

Sobre a contagem dos consumos de água, considerou tratar-se de um tema sem relevância significativa, lembrando que durante o seu mandato enquanto Presidente da Junta tal situação nunca lhe foi apresentada. Apontou, contudo, outros problemas mais prioritários para a freguesia, como, as obras de manutenção e reparação da conduta do bairro da Malagueira, os acampamentos existentes no território, cujas competências serão em parte da câmara municipal e de outras entidades competentes. ---

Concluiu sublinhando que os órgãos da freguesia devem, dentro das suas competências, adotar um papel ativo e dinâmico na procura de soluções que respondam eficazmente às necessidades da população. -----

Em resposta à intervenção do eleito José Russo o presidente da Assembleia de Freguesia disse concordar com a sua intervenção. -----

À semelhança do que foi proposto pelo MCE no ano civil de 2024, o Presidente da Assembleia questionou os eleitos quanto à sua disponibilidade



para coordenar as datas das assembleias ordinárias de junho e setembro de 2025. Salientou-se que a realização da reunião ordinária de setembro dependeria da definição das datas do ato eleitoral das autárquicas de 2025, ainda por determinar. -----

Ficou acordada a data de 12 de junho de 2025, às 21 horas, para realizar a assembleia ordinária do mês de junho, sendo que a realização da assembleia ordinária do mês de setembro ficou condicionada à marcação do ato eleitoral das autárquicas de 2025. -----

No ponto 1 - Período antes da ordem do dia, o eleito José Russo apresentou a Moção da CDU – *"Comemorar Abril, Afirmar e Valorizar o Poder Local Democrático e Saudar o 1.º de Maio – Dia internacional dos Trabalhadores"*. -----

O eleito Jorge Parreirinha do PS entrevistou para manifestar o seu voto favorável à moção, contudo, à semelhança de outras moções apresentadas pela CDU ao longo do mandato não se revê no parágrafo onde é referido a luta e liberdade de comunistas e outros democratas, considerando que é uma tentativa de menosprezar todos aqueles que lutaram pela democracia.

O eleito José Russo recordou que, no período anterior à Revolução de Abril, eram muitos os comunistas e democratas — ainda sem outras designações políticas — que lutavam pela democracia. Sublinhou que esta não é apenas a sua opinião, mas uma constatação confirmada pelos historiadores que se têm dedicado ao estudo do 25 de Abril. -----

O eleito Jorge Parreirinha reconheceu o papel fundamental do PCP no processo revolucionário. Contudo, afirmou não se rever integralmente no parágrafo em causa da moção, uma vez que considera que o 25 de Abril pertence a todos os democratas. -----

A representante do MCE, Maria Ana Coré Vinagre, manifestou a sua concordância com a moção apresentada pela CDU, sublinhando que, à época, a população vivia privada de liberdade. Enfatizou que o 25 de Abril constituiu um passo decisivo para devolver essa liberdade, ainda que, após décadas de opressão e perseguição, muitas pessoas não soubessem inicialmente como lidar com ela. Partilhou também uma memória pessoal da infância, quando, com apenas sete anos, a mãe lhe pedia silêncio por não se poder fazer barulho na rua, contrastando com a liberdade de expressão que os jovens hoje usufruem. -----

O Presidente da Junta, Ananias, recordou que, no momento do 25 de Abril, se encontrava em Moçambique a cumprir serviço militar, onde esteve de 1973 a 1975. Referiu que, atualmente, ao relatar aos netos as dificuldades que a sua geração viveu na época do regime salazarista e o impacto da Revolução, sente alguma incredulidade por parte deles, como se fosse difícil acreditar na realidade vivida. -----



O eleito José Russo acrescentou ter setenta anos e memórias muito vivas do período anterior ao 25 de Abril, afirmando ter presente o contraste entre a repressão e a explosão de liberdade que então se viveu. Descreveu como, em todo o país — aldeias, cidades, fábricas e campos —, as pessoas puderam finalmente expressar o que sentiam. Referiu ainda que o regime fascista não se limitava a impedir o voto: negava também direitos sociais, saúde, acesso a contraceptivos, e convivia com elevadas taxas de analfabetismo. -----

Relatou que a população sabia quem eram os agentes da PIDE e vivia sob vigilância permanente. Partilhou a sua experiência como ator de Teatro, na Joaquim António de Aguiar, onde os espetáculos só podiam seguir o guião previamente aprovado pela censura. Quando os agentes não estavam presentes, os atores aproveitavam para dizer “tudo”. Recordou igualmente as prisões arbitrárias de civis, que ocorriam diariamente em todo o país. ---

Concluiu sublinhando que, tal como os filhos e netos do Presidente Ananias, também a sua família não viveu diretamente essa repressão, mas possui consciência histórica do que representou o regime fascista. Por isso, reforçou que a memória não pode ser apagada. -----

O eleito Baltazar Damas (PS) salientou que é sempre enriquecedor ouvir o relato das experiências vividas à época. -----

O Presidente da Assembleia, Paulo Correia, partilhou a mesma opinião manifestada pelo eleito Jorge Parreirinha relativamente ao parágrafo da moção em discussão, sem, contudo, se opor à sua aprovação. Acrescentou que, atualmente vivemos tempos conturbados, referindo, a título pessoal, que procura transmitir ao seu filho menor os valores da democracia e alertá-lo para os perigos dos populismos extremistas destes novos tempos.

Recordou que, aquando do 25 de Abril, tinha seis anos e, apesar da tenra idade, conserva memórias desse dia e do “Verão Quente” de 1975. Destacou ainda ter tido a oportunidade de contactar, na Escola Prática de Cavalaria, em Santarém e em Évora, com militares que participaram no 25 de Abril, alguns dos quais foram seus comandantes, como o então segundo comandante da coluna do Capitão Salgueiro Maia, o à data Capitão Tavares de Almeida, e o próprio Salgueiro Maia, entre muitos outros. Relatou que ouviu inúmeras histórias desses militares, reforçando a importância de transmitir às novas gerações — jovens de 15, 20 ou 30 anos — o que era o “antes” e o “após” o 25 de Abril, bem como o perigo que atualmente se enfrenta. Sublinhou que cabe a cada cidadão exercer a sua cidadania e que o currículo da disciplina de Cidadania, em articulação com a disciplina de História, deve contemplar estas questões, pois vivemos um limiar perigoso.

O eleito Jorge Parreirinha reforçou, em complemento, que hoje existe muito mais desinformação do que informação. -----

Colocada a votação, a Moção apresentada pela CDU foi aprovada com os votos a favor dos eleitos José da Silva Costa Russo, José Ferreira Coimbra da Silva e Margarida Avó Baião Ferreira de Almeida da CDU, Baltazar João Avó Damas, Jorge Filipe Tragedo Parreirinha e Carla Manuela Anastácio Carmona do PS, Paulo Alexandre Duarte Correia, João David Carvalhinho Fernandes e Alexandre Mourato Lopes da Coligação Mudar com Confiança (PPD/PSD, CDS-PP, MPT, PPM) e Maria Ana Coré Vinagre Lúcio do Movimento Cuidar de Évora (NC/RIR) e com a abstenção do Independente Edalberto Tomás Macau Fitas Figueiredo. -----

No Ponto 2 – A Acta da Reunião ordinária de 24 de setembro de 2024, foi aprovado por unanimidade. -----

No ponto 3 da ordem dos trabalhos o Sr. Presidente do Executivo da Junta, Ananias Quintano apresentou a proposta de Mapa de Pessoal da UF da Malagueira e Horta das Figueiras para o ano civil de 2025. -----

O eleito José Russo (CDU) questionou o Presidente do Executivo da Junta acerca dos postos de trabalho de assistente técnico, previstos no Mapa de Pessoal, referindo que este menciona cinco postos preenchidos, sendo que uma das assistentes técnicas se encontra em mobilidade. Nesse sentido, indagou se o procedimento concursal em curso se destinava ao preenchimento dessa vaga. -----

O Presidente, Ananias, esclareceu que o Mapa de Pessoal da Junta contempla seis postos de trabalho para a categoria profissional de assistente técnico. Atualmente, cinco encontram-se preenchidos, ainda que uma trabalhadora esteja em regime de mobilidade noutra organização, situação em que o respetivo posto de trabalho permanece cativo. Assim, o procedimento concursal em curso visa o preenchimento do sexto posto de trabalho, que se encontra vago. -----

A representante do MCE, Maria Ana Coré Vinagre, questionou a razão da abertura de concurso para a admissão de mais um assistente técnico e apenas dois assistentes operacionais. -----

O presidente, Ananias Quintano, esclareceu que a abertura dos concursos visa o preenchimento das vagas existentes no quadro de pessoal aprovado. Relativamente aos assistentes técnicos, referiu que a necessidade decorre do facto de a Junta dispor de dois edifícios em funcionamento, ambos com atendimento ao público, o que exige reforço deste quadro. Quanto ao concurso para assistentes operacionais, explicou que o mesmo tem como objetivo reforçar a equipa existente, de forma a dar resposta às necessidades dos serviços. -----

O eleito José Russo referiu que compete à Assembleia de Freguesia aprovar o quadro de pessoal, podendo este ser ajustado em maior ou menor número. -----



Por sua vez, o Presidente Ananias salientou que o quadro de pessoal deve estar obrigatoriamente sujeito a cobertura orçamental. -----

Colocada a votação, Mapa de Pessoal foi aprovado por unanimidade. -----

No ponto 4 da ordem dos trabalhos, o Sr. Presidente da União de Freguesias, Ananias Quintano solicitou à Assembleia de Freguesia autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais que foi aprovada por unanimidade. -----

No ponto 5 da ordem dos trabalhos o Sr. Presidente da União de Freguesias, Ananias Quintano apresentou os documentos de Prestação de Contas de 2024. Destacou o investimento feito pela junta em infraestruturas e equipamentos, designadamente a construção do parque infantil do Bairro da Casinha a aquisição de equipamentos de geriatria que foram instalados em diversos espaços públicos da freguesia. -----

O Presidente salientou também o arranque do polo da Universidade Sénior, com grande êxito. Inicialmente, a oferta formativa abrangia três áreas: informática, inglês e artes. Presentemente, a oferta foi alargada para incluir cante, dança e teatro. As aulas de inglês e informática decorrem nas instalações da Junta, enquanto as restantes atividades são ministradas em espaços cedidos por outras entidades. -----

O Presidente realçou ainda o êxito dos espetáculos organizados pela Junta nos bairros da freguesia, com especial destaque para os três espetáculos dedicados às comemorações dos 50 anos do 25 de Abril. -----

A Junta continuou a apoiar o movimento associativo da freguesia, promovendo o torneio de sueca e de malha, e reunindo os grupos corais da freguesia num encontro realizado no Centro de Convívio da Horta das Figueiras. -----

O Presidente referiu a continuidade da parceria com a ADBES da Cruz da Picada, apoiando a distribuição de 18 cabazes, duas vezes por semana, a pessoas e famílias da freguesia referenciadas, cujo número de pedidos de apoio tem vindo a aumentar. -----

Por fim, o Presidente da Junta salientou a articulação com diferentes entidades em questões relacionadas com a segurança e outras, nomeadamente com a Câmara Municipal e com a PSP. -----

O Dr. Serra, na qualidade de Técnico Oficial de Contas (TOC) da Junta de Freguesia, apresentou a prestação de contas referente ao ano civil de 2024, destacando que a situação financeira da junta se mantém bastante estável. De acordo com a sua exposição, o saldo executado foi de 43.276,64 €, que, somado ao saldo transitado de 2023, resulta num saldo a transitar para o ano de 2025 da ordem dos 127.600,00€. -----

O eleito Jorge Parreirinha, do PS, aproveitou a ocasião para felicitar o executivo da Junta de Freguesia relativamente à execução orçamental,





considerando-a equilibrada e saudável. Destacou ainda o apoio prestado à população mais idosa, bem como o apoio dado nas atividades promovidas pela Universidade Sénior. -----

No âmbito da proteção da população sénior, sugeriu que as aulas de informática pudessem incluir alertas sobre o aumento da fraude informática, de modo a prevenir possíveis situações de risco. -----

Por fim, congratulou-se com os investimentos realizados nos parques infantis, apelando para a sua manutenção e limpeza contínua. -----

O eleito José Russo (CDU) considerou o saldo da junta francamente positivo, refletindo uma gestão cuidada, embora na sua ótica excessivamente cautelosa. O saldo atual de 172.000,00€ permitiria maior investimento, mantendo a estabilidade orçamental mesmo que rondasse os 50.000,00€. A CDU tem alertado para esta situação, mas entende ser útil manter o alerta. Face a isto, o voto da CDU será de abstenção. -----

O Presidente do Executivo, Ananias Quintano, esclareceu que o saldo orçamental atualmente existente resulta do aumento de receita. Nesse contexto, referiu que efetuada uma proposta ao Município de Évora, através da celebração de um contrato interadministrativo, para que a junta pudesse assumir a gestão de três de seis parques infantis da freguesia que se encontram em condições inadequadas de utilização. Foi elaborado um orçamento aproximado de 60 mil euros, sem resposta por parte do Município. A possibilidade permanece em aberto para o ano de 2025, desde que haja manifestação de interesse da Câmara Municipal. -----

Paralelamente, independentemente do saldo existente, o Executivo da Junta tem reforçado o apoio às associações da freguesia, garantindo o acompanhamento contínuo das suas atividades. A filosofia do Executivo mantém-se inalterada: mesmo em ano eleitoral, os recursos públicos serão geridos com rigor e responsabilidade, evitando gastos apenas por conveniência. -----

O Presidente da Assembleia, Paulo Correia, perguntou ao Presidente da Junta, Ananias Quintano, sobre o investimento no skate parque mencionado na proposta de orçamento. Em resposta, o Presidente do Executivo esclareceu que, tendo sido informado de que a Câmara Municipal iria investir na construção de um skate parque no complexo desportivo, decidiu direcionar o investimento para a construção do parque infantil no Bairro da Casinha. -----

O eleito Jorge Parreirinha questionou o Presidente da Junta sobre o ponto de situação do processo judicial em curso no Tribunal Administrativo do Sul, relativo ao diferendo entre a Junta de Freguesia e o construtor do Edifício da Horta das Figueiras. -----

O Presidente da Junta, Ananias Quintano, informou que no dia 16 de junho de 2025 iria decorrer uma audiência. O valor estimado para a reparação dos

danos estruturais no edifício ronda os 70.000€, sendo a caução cerca de 35.000€. Acrescentou ainda que a empresa em causa se encontra em processo de insolvência. -----

Colocado o documento à votação o mesmo foi aprovado com os votos favoráveis dos eleitos Baltazar João Avó Damas, Jorge Filipe Traguedo Parreirinha e Carla Manuela Anastácio Carmona do PS, Paulo Alexandre Duarte Correia, João David Carvalhinho Fernandes e Alexandre Mourato Lopes da Coligação Mudar com Confiança (PPD/PSD, CDS-PP, MPT, PPM) e Edalberto Tomás Macau Fitas Figueiredo, na qualidade de independente e com três abstenções dos eleitos José da Silva Costa Russo, José Ferreira Coimbra da Silva e Margarida Avó Baião Ferreira de Almeida da CDU – Coligação Democrática Unitária, PCP-PEV e da eleita Maria Ana Coré Vinagre Lúcio do Movimento Cuidar de Évora (NC/RIR). -----

No ponto 6 da ordem dos trabalhos o Sr. Presidente da União de Freguesias, Ananias Quintano apresentou a primeira revisão aos Documentos Previsionais de 2025 que foi aprovada por unanimidade. -----

Por último, **no ponto 7**, o Sr. Presidente da União de Freguesias, Ananias Quintano, apresentou o relatório de atividade do executivo da União de Freguesias da Malagueira e Horta das Figueiras relativo ao 1.º trimestre de 2025, destacando a promoção de ações voltadas para o bem-estar da população e a valorização cultural. -----

Informou que a Junta adquiriu um quadriciclo elétrico e promoveu atividades culturais e sociais, como a Marcha/Corrida Sénior, as celebrações do Dia Internacional da Mulher, cantos de Janeiras em diversos bairros, e integrou o programa “Bandas à Rua”. -----

A UFMHF expressou preocupação com o estado degradado das vias rodoviárias e solicitou à Câmara Municipal de Évora a intervenção urgente para a sua manutenção. Apesar do orçamento municipal de 2.000.000€ destinado a este fim, a Câmara não apresentou respostas concretas nem um plano de trabalho para resolver os problemas identificados. A UFMHF reafirma a sua disponibilidade para colaborar na manutenção das vias, garantindo a segurança e a mobilidade dos munícipes. -----

O eleito José Russo comentou o comunicado emitido por quatro juntas de freguesia — nomeadamente, a União de Freguesias da Malagueira e Hortas das Figueiras, a União de Freguesias do Bacelo e Senhora da Saúde, a Freguesia dos Canaviais e a Freguesia do Centro Histórico — relativo à limpeza do espaço público. -----

Na opinião da CDU este comunicado surgiu coincidindo com o início das chuvas e o aparecimento de buracos na cidade, momento em que estas juntas se uniram para criticar a Câmara Municipal. Percebe-se que, por se tratar de um ano eleitoral, este tipo de manifestação se torna uma

oportunidade para visibilidade política. No entanto, o surgimento de buracos quando chove é uma ocorrência comum em qualquer cidade. -----

Na opinião da CDU, esta ação conjunta contra a Câmara não é justa nem oportuna, pois a autarquia tem feito esforços para reparar e tapar os buracos existentes. Assim, a CDU deixou a sua nota de crítica relativamente a abordagem da nossa freguesia. -----

O eleito Jorge Parreirinha solicitou ao executivo da junta que interceda junto do município para proceder à reparação dos buracos existentes no cruzamento da estrada das Piscinas, de modo a evitar possíveis acidentes, assim como nas imediações do Evorahotel. -----

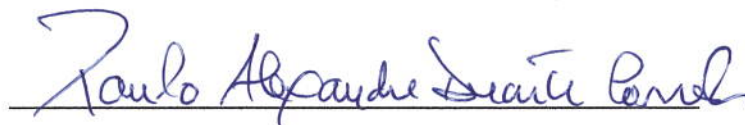
Relativamente ao comunicado das juntas de freguesia, o eleito Jorge Parreirinha recordou que, há quatro anos, vêm sendo feitas alertas sobre o mau estado do pavimento das nossas vias de comunicação e sobre o estado de limpeza do espaço público, situação que, infelizmente, continua sem solução. -----

Nos termos do n.º 3 do artigo 24.º e do n.º 6 do artigo 50.º do Regimento da Assembleia de Freguesia, o Presidente da Assembleia de Freguesia Paulo Correia questionou o público presente sobre a sua intenção de intervir. Em resposta, o freguês António Mourato questionou a Assembleia de Freguesia sobre a possibilidade, nos termos da Lei e do Regimento em vigor, de o público puder apresentar uma moção sobre qualquer assunto, com vista à sua apreciação e votação pelo órgão deliberativo. -----

O freguês António Mourato foi esclarecido de que o Regimento da Assembleia de Freguesia não prevê expressamente a possibilidade de o público poder apresentar moções para apreciação e votação. No entanto, foi informado de que, caso um cidadão apresente um abaixo-assinado ou qualquer outro documento, caberá à Assembleia de Freguesia deliberar sobre a sua eventual apreciação e votação. -----

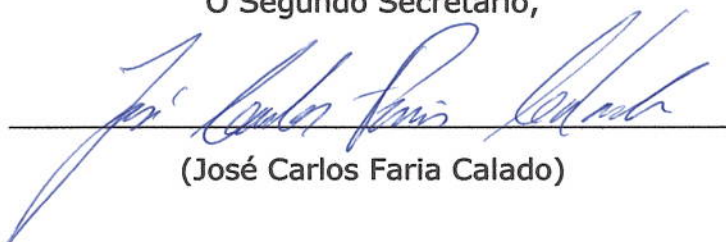
Nada mais havendo a tratar lavrou-se a presente Ata. -----

O Presidente da Assembleia,



(Paulo Alexandre Duarte Correia)

O Segundo Secretário,



(José Carlos Faria Calado)